



**SIMULADO ESPECIAL**

# CNU

**BLOCO TEMÁTICO 1**

**Seguridade Social: Saúde, Assistência Social  
e Previdência Social**

**Pós-Edital**

# Simulado

Simulado Especial CNU (Bloco Temático 1)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CNU, cargo de **Bloco Temático 1 - Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/iMK1m9WDbXaLzVzEA>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/K4Ya>

**CONHECIMENTOS GERAIS****DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***João Trindade*

1. Acerca da governabilidade e da relação entre os Poderes, julgue os itens a seguir:

I – O Presidente da República pode exercer o poder de veto, inerente ao sistema de freios e contrapesos, em relação aos projetos de lei e às propostas de emenda constitucional.

II – No presidencialismo de coalizão, uma das formas tradicionais de o Chefe do Executivo buscar apoio político no Congresso Nacional é a partilha de ministérios com a base aliada.

III – Após a promulgação da Constituição de 1988, verificou-se um progressivo enfraquecimento do papel do Legislativo no equilíbrio de forças, especialmente por conta da redução da atuação desse poder no direcionamento de recursos orçamentários.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

2. Numa gincana jurídica, os grupos Beta, Ômega e Épsilon deveriam formular afirmações sobre as origens históricas do Estado de Direito e sua evolução. O grupo Beta afirmou que “o surgimento do conceito de Estado de Direito está ligado à derrocada do Absolutismo”. Por outro lado, o grupo Ômega afirmou que “O Brasil vivencia um pleno Estado de Direito desde a promulgação da Constituição de 1824”. Por sua vez, o grupo Épsilon defendeu a afirmação segundo a qual “Estado de Direito é um conceito dinâmico, enfrentando várias releituras ao longo do tempo”.

Pode-se afirmar que:

- a) apenas o grupo Ômega está errado.
- b) apenas o grupo Beta está errado.
- c) todos os grupos estão errados.
- d) apenas o grupo Épsilon está errado.
- e) apenas os grupos Beta e Épsilon estão errados.

**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Alessandra Lopes*

3. “A capacidade estatal de implementar políticas públicas não se limita à eficiência técnica da burocracia, mas depende da forma como os arranjos institucionais articulam atores estatais e sociais, promovendo legitimidade, deliberação e adaptação ao ambiente democrático.”

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Orgs.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014.

Com base nessa perspectiva, um exemplo de arranjo institucional com alta capacidade política é aquele que:

- a) Opera por meio de expertise técnica isolada, sem conexão com demandas externas.
- b) Contém mecanismos de escuta, deliberação e participação, mesmo com limitações de infraestrutura ou pessoal.
- c) Está restrito ao ciclo orçamentário federal e à lógica de execução verticalizada.
- d) Funciona com foco exclusivo em metas de desempenho e produtividade interna.
- e) Evita interferência de atores sociais e se baseia na autonomia decisória dos órgãos de controle.

4. Os conselhos gestores de políticas públicas emergem como uma forma institucionalizada de participação social na gestão estatal, representando uma inovação democrática ao permitir que segmentos da sociedade civil organizada exerçam controle e influência sobre a formulação e a implementação de políticas. Seu valor político não está na neutralidade, mas no caráter contraditório e plural das disputas presentes nesses espaços, onde diferentes visões de mundo, interesses e projetos de sociedade se confrontam.

Com base nessa perspectiva, pode-se afirmar que os conselhos:

- a) substituem os canais tradicionais de representação política, como os partidos e o parlamento, sendo expressão superior da vontade popular.
- b) são espaços de deliberação coletiva que, embora regulados pelo Estado, viabilizam o exercício do controle social e a ampliação da cidadania.
- c) atuam como mecanismos auxiliares do Executivo, com função consultiva limitada à aprovação de metas previamente definidas pelo governo.
- d) representam uma forma de participação direta, mas apenas entre atores governamentais e técnicos das respectivas áreas políticas.
- e) promovem a despolitização dos conflitos ao mediar a sociedade civil por meio de pactos previamente acordados com os agentes estatais.

5. Analise os itens a seguir sobre os diferentes modelos de Estado na tradição ocidental:

- I. O Estado absolutista, típico da transição do feudalismo para o capitalismo, concentra os poderes nas mãos do soberano, e sua legitimidade decorre do direito divino ou do pacto entre nobres e rei, não havendo separação clara entre os poderes.
- II. O Estado liberal de direito afirma-se como contraponto ao absolutismo, fundado no princípio da limitação do poder estatal, com ênfase na separação dos poderes, nas liberdades individuais e na propriedade privada como núcleo da cidadania.
- III. O Estado social, surgido no século XX, amplia a função estatal ao incorporar direitos sociais, econômicos e culturais, assumindo o dever de intervir na economia e de promover políticas de bem-estar coletivo.
- IV. O Estado democrático de direito mantém os pilares do Estado liberal e do Estado social, mas amplia a cidadania ao valorizar a participação popular, o pluralismo político, a igualdade material e o controle social das instituições públicas.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.

**POLÍTICAS PÚBLICAS***Elisabete Moreira*

6. Levando-se em consideração o ciclo de políticas públicas, a fase de avaliação constitui um processo de julgamento acerca da validade das propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática. A partir dos anos 70, quando várias políticas vinculadas ao Estado do Bem-estar Social foram colocadas em xeque, passou-se a promover o estudo sobre o término ou a extinção de políticas públicas, cuja tarefa é dificultosa, entre outras razões, pela relutância dos beneficiados, além da inércia institucional. Nesse sentido, pode ser considerado um motivo dificultador para a extinção de uma política redistributiva:

- a) pequenos grupos que têm capacidade de organização de interesses substancialmente superior à dos grandes grupos.
- b) grupos beneficiários que conseguem fazer com que a política continue existindo, mesmo quando ela se mostra contrária ao interesse coletivo.
- c) a falta de atores políticos interessados em fazer uma “faxina” na política que não tem mais razão de existir.
- d) uma organização não governamental que luta para continuar produzindo fortes argumentos de urgência e necessidade para que seu trabalho continue percebido como relevante na sociedade.
- e) um alto grau de conflito gerado entre grupos beneficiários e pagadores.

7. As tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições em um processo de política pública. James Wilson, por exemplo, desenvolveu uma tipologia na qual adota o critério da distribuição dos custos e benefícios, corroborando e complementando a tipologia de Lowi. O tipo de política pública na qual importam em benefícios coletivos, e os custos que ficam concentrados sobre certas categorias são classificadas em:

- a) Política majoritária.
- b) Política clientelista.
- c) Política empreendedora.
- d) Política de grupo de interesses.
- e) Política redistributiva.

8. A natureza política das políticas públicas, que interliga a *polity*, a *policy* e a *politics*, se traduz em artefatos gerenciais como planos, os quais se concretizam em ações de conteúdo tático-gerencial, a exemplo de

- a) programas.
- b) projetos.
- c) processos.
- d) atividades.
- e) tarefas.

9. Acerca da definição de políticas públicas, analise as alternativas a seguir:

- I. A abordagem estatista considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais.
- II. A centralidade atual do Estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência, por exemplo, do controle de grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas públicas robustas e temporais.
- III. Dentre as políticas governamentais estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes e, em alguns casos, elas se diferem das políticas públicas.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III estão corretos.
- e) I, II e III estão errados.

**10.** O processo de elaboração de políticas públicas também conhecido como ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Entretanto, alguns estudiosos argumentam que o ciclo raramente reflete a real dinâmica da vida de uma política pública. Acerca do ciclo de políticas públicas, é correto afirmar:

- a) Um problema público é um conceito subjetivo, não existe senão na cabeça das pessoas, e sua definição é oficial e temporária.
- b) O modelo incremental contesta o ciclo de políticas públicas na medida que descreve que soluções muitas vezes nascem antes dos problemas.
- c) A delimitação do problema envolve definir quais são seus elementos, suas causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações, com vistas a resolver completamente o problema.
- d) A agenda da mídia dificilmente consegue condicionar as agendas institucionais.
- e) A teoria do equilíbrio pontuado explica, na fase de identificação do problema, porque alguns problemas entram na agenda política e outros não.

### ÉTICA E INTEGRIDADE

*Tiago Zanolla*

**11.** Em uma roda de conversa promovida por uma corregedoria, servidores discutem o papel da diversidade nas relações institucionais. Parte do grupo entende que basta reconhecer diferenças de cor, idade e gênero. Outros, contudo, defendem que é necessário incluir também dimensões subjetivas, como valores e modos de agir, para prevenir práticas discriminatórias.

Com base nos princípios éticos no serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) O respeito ao outro depende do quanto ele corresponde às expectativas sociais e culturais do servidor público.

b) A solidariedade gera apenas benefícios individuais, como a paz interior e o fortalecimento emocional do agente público.

c) A cooperação é incompatível com as diferenças culturais, pois exige unidade de pensamento para sua efetivação.

d) A diversidade em nível profundo está relacionada à superação de comportamentos discriminatórios e à valorização de valores distintos.

e) A inclusão social, no âmbito da diversidade, é menos relevante do que a igualdade formal no tratamento das pessoas.

### ÉTICA E INTEGRIDADE

*Stefan Fantini*

**12.** A governança surgiu com objetivo de evitar a chamada

- a) Legitimidade
- b) Teoria da Agência
- c) Teoria de Maslow
- d) Teoria dos Três Poderes
- e) Accountability

**13.** São princípios da governança pública, EXCETO:

- a) Capacidade de resposta.
- b) Integridade.
- c) Confiabilidade.
- d) Melhoria regulatória.
- e) Sigilo.

**ÉTICA E INTEGRIDADE***Antônio Daud*

**14.** Cláudio, estudando a matéria de "Transparência" para o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), segundo a Lei 12.527/2011, afirmou INCORRETAMENTE que

- a) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que forem destinatários de recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão deverão divulgar informações relativas aos seus empregados, incluindo o quantitativo total de empregados da entidade e o quantitativo de funções gratificadas.
- b) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem contribuições deverão divulgar lista, discriminada por faixas salariais, das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus funcionários, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, as gratificações, os jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias.
- c) Os serviços sociais autônomos (sistema S) que receberem recursos públicos federais decorrentes de contrato de gestão têm o dever de divulgar o plano de cargos e salários de seus funcionários, inclusive com a divulgação dos critérios para a evolução na carreira e para a fixação da política salarial.
- d) Os conselhos de fiscalização profissional, como o CREA, devem divulgar, de forma nominal e individualizada, lista das parcelas remuneratórias e indenizatórias de seus empregados, exceto se eventuais.
- e) Entidades privadas sem fins lucrativos, como as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), que recebam recursos públicos, deverão dar publicidade aos valores recebidos e respectiva destinação.

**15.** Joana, jornalista investigativa, solicitou à Prefeitura do Município Alfa informações sobre os gastos com publicidade nos últimos dois anos. Após 18 dias, recebeu uma resposta negativa, sob o argumento de que os dados eram estratégicos para a administração e, por isso, sigilosos. Inconformada, Joana pretende recorrer. De acordo com a Lei 12.527/2011, a conduta da Prefeitura está:

- a) Correta, pois a administração pública pode, discricionariamente, classificar informações como sigilosas para proteger suas estratégias de gestão.
- b) Incorreta, pois a negativa de acesso à informação, quando não fundamentada na legislação, sujeita o responsável a medidas disciplinares.
- c) Correta, pois informações financeiras e contábeis de entes públicos são inerentemente sigilosas, não se submetendo à regra geral de publicidade.
- d) Incorreta, pois o prazo para resposta da administração já havia se esgotado, devendo a informação ser liberada automaticamente.
- e) Correta, pois o pedido deveria ter sido direcionado ao Tribunal de Contas, órgão competente para fiscalizar os gastos municipais, e não à Prefeitura.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL***Herbert Almeida*

**16.** Com base em entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do regime jurídico dos servidores públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19/1998, assinale a afirmativa correta:

- a) a decisão do STF declarou a inconstitucionalidade da EC 19/1998, restabelecendo o regime jurídico único para todos os entes federativos, com eficácia retroativa.
- b) a coexistência de regimes jurídicos para servidores públicos permanece vedada, exceto nas autarquias e fundações públicas, que admitem o regime celetista.
- c) a decisão do STF reconheceu a constitucionalidade da EC 19/1998, admitindo múltiplos regimes jurídicos para servidores públicos, desde que mantida a obrigatoriedade de estabilidade para todos os servidores ou empregados públicos admitidos nas entidades de direito público.
- d) a revogação da obrigatoriedade do regime jurídico único foi declarada constitucional pelo STF, permitindo aos entes federativos a adoção de regimes celetistas ou estatutários na administração direta, autárquica ou fundacional.
- e) a adoção do regime celetista pelos entes públicos tornou-se obrigatória após a decisão do STF, excetuadas as carreiras típicas de Estado, que continuam vinculadas ao regime estatutário.

**17.** Júlia foi contratada como engenheira civil pela Empresa Pública Gama, após ser aprovada em concurso público. Após dez anos de serviços prestados, Júlia foi informada de sua demissão, por meio de um comunicado oficial da empresa. No documento, a empresa pública alegou que a demissão se deu por "reestruturação organizacional e contenção de despesas". Júlia, inconformada com a decisão, argumentou que não houve processo administrativo disciplinar e que a motivação apresentada pela estatal era

insuficiente, pois não especificava qualquer irregularidade em sua conduta ou desempenho que justificasse a demissão. Considerando a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), analise as seguintes alternativas sobre a demissão de Júlia e assinale a correta:

- a) a demissão de Júlia é inválida, pois a empresa pública não realizou um processo administrativo disciplinar antes de demiti-la.
- b) a demissão de Júlia é inválida, uma vez que a empresa pública não apresentou uma motivação fundamentada em justa causa prevista na legislação trabalhista.
- c) a demissão de Júlia é válida, desde que a motivação apresentada pela empresa pública seja formalmente registrada e contenha fundamento razoável, não havendo necessidade de processo administrativo ou de comprovação de justa causa.
- d) a demissão de Júlia é válida, pois empresas públicas e sociedades de economia mista não têm obrigação de motivar a demissão de seus empregados concursados.
- e) a demissão de Júlia é inválida, pois, embora a empresa pública tenha apresentado motivação, esta não especificou justificativa pessoal sobre o desempenho ou conduta de Júlia.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL***Stefan Fantini*

**18.** De acordo com o decreto-lei 200/67, as atividades de administração pública federal deveriam seguir cinco princípios. Indique a alternativa que não traz um desses princípios.

- a) Planejamento
- b) Coordenação
- c) Centralização
- d) Delegação de Competência
- e) Controle

19. É possível interpretar a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 segundo cinco diretrizes principais. Indique a alternativa que não traz uma dessas diretrizes.

- a) Institucionalização.
- b) Racionalização.
- c) Rigidez.
- d) Publicização.
- e) Desestatização.

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

*Leandro Ravyelle*

20. O Governo Federal, no primeiro ano de uma nova gestão presidencial, decidiu propor alterações estruturais em programas de investimentos vinculados à infraestrutura logística do país, prevendo a execução de um projeto estratégico com impacto regional de longo prazo. Durante análise técnica, a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados alertou que a proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo previa a execução do referido projeto já no exercício seguinte, embora este não estivesse previsto no Plano Plurianual vigente.

Considerando o arcabouço constitucional e legal que rege o processo orçamentário brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A inclusão de novo projeto estratégico de longo prazo no orçamento anual independe de sua previsão no PPA, desde que a LDO preveja metas e prioridades compatíveis.
- b) A proposta de Plano Plurianual a ser enviada pelo Presidente no seu primeiro ano de mandato deve observar os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas, uma vez que, o Poder Executivo deve, individual ou conjuntamente, realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados.

c) A Constituição Federal permite que programas não incluídos no PPA sejam executados diretamente por meio da LOA, desde que o Congresso Nacional os aprove via orçamento público.

d) A LDO, por ser instrumento de mediação entre planejamento e orçamento, tem o poder de autorizar a execução de programas mesmo que não previstos no PPA, por meio das prioridades elencadas para o ano seguinte.

e) O projeto em questão poderá ser incluído na LOA, desde que previsto na LDO, dispensando previsão no PPA, pois a vinculação entre os três instrumentos é meramente operacional, já que o investimento proposto não ultrapassa um exercício.

### **DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE**

*Ricardo Torques*

21. Considere o texto sobre a igualdade e a proteção dos direitos humanos.

*“Se o combate à discriminação é medida emergencial à implementação do direito à igualdade, todavia, por si só, é medida insuficiente. Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais.”*  
(PIOVESAN, Flavia. *Temas de Direitos Humanos - 13ª Edição 2025*. 13. ed. Rio de Janeiro).

*É exemplo de estratégia promocional capaz de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais:*

- a) Ações afirmativas.
- b) Igualdade formal.
- c) Restrição à política de cotas.
- d) Discriminação negativa.
- e) Formação de estereótipos.

**22.** Considere o texto sobre a violência doméstica no Brasil.

*“Levantamento da Rede de Observatórios da Segurança apontou o avanço da violência contra a mulher. Segundo a pesquisa “Elas Vivem: um caminho de luta”, a cada 24 horas, em média, 13 mulheres foram vítimas de algum tipo de violência no ano passado. O levantamento se refere a nove estados monitorados pela entidade.*

*O número de casos cresceu mais de 12% em relação a 2023. Foram mais de 4 mil ocorrências, sendo 531 feminicídios, apenas nesses estados.*

*O Amazonas, que aparece pela primeira vez no monitoramento, registrou 604 casos, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Foram 33 feminicídios, 15 deles por parceiros ou ex-parceiros. No caso da violência sexual, 80% das vítimas tinham de 0 a 17 anos.”*

Visando coibir a violência doméstica no Brasil, foi promulgada a Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha. A referida legislação estabelece que qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria configurará violência:

- a) Psicológica.
- b) Sexual.
- c) Moral.
- d) Física.
- e) Jurídica.

**23.** A Universidade X, após caso de racismo em suas dependências, promoveu uma série de debates e palestras sobre o tema. Em uma das palestras o tema levantado foi a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais. Segundo o Estatuto Nacional da Igualdade Racial (EIR), disciplinado pela Lei 12.228/2010, essa assimetria pode ser conceituada como:

- a) Discriminação racial.
- b) Desigualdade racial.
- c) Desigualdade de gênero.
- d) Desigualdade de gênero e raça.
- e) Estereotipagem de gênero.

**24.** Maria é pessoa idosa atualmente com 82 anos. Após uma mudança abrupta do tempo, ela foi internada com o diagnóstico de pneumonia. Alegando falta de estrutura, o hospital negou o pedido de Maria para que tivesse um acompanhante ao seu lado durante a internação. Considerando o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/03) à pessoa idosa internada ou em observação

- a) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.
- b) é possível ao hospital negar o direito a acompanhante por falta de estrutura.
- c) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo a vontade da idosa.
- d) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.
- e) é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo parcial, segundo o critério médico.

25. O Decreto 8.727/2016 Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Considerando as disposições do referido decreto, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.
- b) Considera-se nome social a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.
- c) Considera-se identidade de gênero a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.
- d) É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.
- e) O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, quando entender oportuno.

## **TRABALHO E TECNOLOGIA**

*Emannuelle Gouveia*

26. Com o avanço das tecnologias digitais, especialmente a partir da chamada Quarta Revolução Industrial, novas formas de organização do trabalho vêm sendo adotadas. Entre os impactos mais relevantes dessas transformações está:

- a) O aumento do emprego formal com estabilidade, impulsionado pela automação de tarefas repetitivas.
- b) A substituição integral de atividades humanas por sistemas inteligentes em todos os setores produtivos.
- c) A ampliação do trabalho remoto e por demanda (gig economy), com flexibilização de vínculos empregatícios.
- d) A eliminação da desigualdade de acesso ao mercado de trabalho em razão da conectividade global.
- e) O fortalecimento de estruturas sindicais tradicionais, como resposta direta à digitalização.

27. O uso de tecnologias como algoritmos, inteligência artificial e plataformas digitais nas relações de trabalho tem gerado debates sobre os limites éticos e legais dessas transformações. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta:

- a) O monitoramento algorítmico substitui completamente a gestão humana, eliminando qualquer viés.
- b) A descentralização do local de trabalho anulou a responsabilidade legal das empresas sobre as condições laborais.
- c) O uso de aplicativos de trabalho garante automaticamente proteção previdenciária e trabalhista ao usuário.
- d) A adoção de tecnologias eliminou a necessidade de regulamentação das novas formas de trabalho.
- e) As plataformas digitais passaram a definir critérios de remuneração e avaliação com base em sistemas automatizados.

**28.** O uso da inteligência artificial e da automação no setor público tem ganhado destaque como estratégia para aumentar a produtividade e melhorar a prestação de serviços ao cidadão. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de processos administrativos no setor público é vedada pela legislação brasileira, pois compromete o controle humano sobre decisões institucionais.
- b) O uso de IA em serviços públicos tende a reduzir a produtividade, pois depende exclusivamente de intervenção humana em tempo integral.
- c) A aplicação de IA no setor público visa substituir servidores em todas as funções operacionais e decisórias.
- d) O uso da automação e da inteligência artificial pode contribuir para a redução de filas, melhoria na análise de dados e tomada de decisão baseada em evidências.
- e) O emprego de IA no serviço público não exige regulamentação específica, pois está sujeito apenas à legislação trabalhista tradicional.

**29.** A adoção de tecnologias digitais no setor público pode trazer uma série de benefícios, mas também envolve riscos e limitações importantes. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) A automação de serviços públicos elimina completamente a possibilidade de erros sistêmicos, reduzindo a necessidade de auditorias.
- b) A dependência de fornecedores privados para soluções tecnológicas no setor público pode gerar riscos de dependência tecnológica e comprometimento da soberania digital.
- c) O uso de inteligência artificial em processos administrativos garante decisões neutras e imparciais, eliminando qualquer risco de viés.
- d) Sistemas informatizados tornam desnecessários os controles internos e externos, pois são autossuficientes na detecção de falhas.
- e) A adoção de novas tecnologias no setor público dispensa a necessidade de capacitação contínua dos servidores.

**30.** A implementação de inteligência artificial e automação no setor público deve ser acompanhada de critérios rigorosos de governança. Sobre os riscos associados a esse processo, assinale a alternativa correta:

- a) Sistemas de IA públicos não precisam de explicabilidade, desde que sejam eficientes, pois a transparência pode comprometer o desempenho.
- b) O risco de discriminação algorítmica é inexistente quando a base de dados utilizada é exclusivamente composta por dados públicos.
- c) A ausência de fiscalização e diretrizes éticas pode levar à opacidade decisória, violando princípios como legalidade e impessoalidade.
- d) A centralização total dos dados em plataformas únicas elimina qualquer vulnerabilidade relacionada à segurança da informação.
- e) O uso de IA no setor público não interfere na proteção de dados pessoais, pois os sistemas são sempre anonimizados.

**EIXO TEMÁTICO 1****SEGURIDADE SOCIAL***Anna Valéria Andrade*

**31.** Sobre a origem e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto mundial, assinale a alternativa correta:

- a) As políticas sociais surgiram nas sociedades pré-capitalistas, como uma forma de consenso entre classes sociais, sendo institucionalizadas somente no século XXI.
- b) A origem das políticas sociais está diretamente ligada à Revolução Industrial, quando, diante das tensões sociais e das lutas de classes, o Estado passou a intervir para garantir a reprodução do sistema capitalista.
- c) As políticas sociais surgiram com o objetivo inicial de promover a igualdade entre as classes sociais, sendo implementadas, de forma sistemática, já no início do capitalismo concorrencial.
- d) A difusão das políticas sociais está desvinculada do desenvolvimento do capitalismo e se deve à pressão dos países e organismos internacionais no pós-guerra.
- e) As políticas sociais sempre existiram na história e no contexto internacional, desde os tempos antigos, apenas mudando de forma e intensidade conforme as culturas dos povos e nações.

**32.** Acerca do surgimento das primeiras iniciativas de política social no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei Eloy Chaves de 1923 instituiu um sistema universal de previdência social, garantindo direitos iguais a todos os trabalhadores brasileiros, independentemente da categoria profissional.
- b) A criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), na década de 1930, extinguiu completamente as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), padronizando imediatamente a seguridade social no país.

c) As primeiras formas de proteção social no Brasil, como as CAPs e os IAPs, nasceram como direitos sociais universais estabelecidos constitucionalmente já na década de 1920.

d) A Lei Eloy Chaves (1923) representou o marco inicial da previdência social brasileira ao instituir as Caixas de Aposentadorias e Pensões, mas essas iniciativas atendiam apenas a categorias específicas, não configurando ainda um direito social universal.

e) A política social brasileira começou apenas após a Constituição de 1988, que foi a primeira a instituir direitos sociais como aposentadoria e pensão aos trabalhadores.

**SEGURIDADE SOCIAL***Nilza Ciciliati*

**33.** A Lei Eloy Chaves, promulgada em 24 de janeiro de 1923 pelo Decreto Legislativo nº 4.682, é considerada o marco inicial da previdência social no Brasil. Esta lei criou:

- a) as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para os trabalhadores bancários.
- b) as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para os trabalhadores ferroviários.
- c) os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) para as diversas categorias profissionais.
- d) os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) para as diversas categorias profissionais.
- e) as Instituições de Aposentadorias e Pensões (IAPs) para os trabalhadores marítimos com contribuição das empresas e Estado.

**34.** A Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que era composto por várias entidades, exceto o(a):

- a) Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).
- b) Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).
- c) Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS).
- d) Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA).
- e) Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI).

### **SEGURIDADE SOCIAL**

*Rubens Mauricio*

**35.** Josineide é empregada de uma empresa multinacional sediada em Manaus e recebe vale-transporte de acordo com a lei, além de auxílio-alimentação, ambos pagos em dinheiro. Nos termos da legislação previdenciária e entendimento dos tribunais sobre o tema, podemos afirmar que

- a) não haverá incidência de contribuição previdenciária sobre as rubricas mencionadas.
- b) incidirá contribuição previdenciária sobre o valor do vale transporte e do auxílio alimentação.
- c) incidirá contribuição previdenciária somente sobre o vale transporte.
- d) incidirá contribuição previdenciária somente sobre o auxílio alimentação.
- e) somente incidirá contribuição sobre o vale-transporte se for pago em dinheiro.

**36.** Joaquina é segurada empregada filiada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS e percebeu seus vencimentos no mês anterior da seguinte forma, depositados em sua conta corrente: R\$ 3.200,00 de salário contratual; R\$ 750,00 de auxílio alimentação; R\$ 1.200,00 de diárias de viagem a trabalho; R\$ 320,00 a título de vale-transporte, na forma da legislação própria; R\$ 800,00 de horas extras e R\$ 1.000,00 a título de participação nos lucros ou resultados da empresa, pagos de acordo com lei específica. Considerando o que prevê a legislação federal vigente, a sua contribuição social incidirá sobre o seguinte salário de contribuição

- a) R\$ 5.950,00.
- b) R\$ 4.750,00.
- c) R\$ 7.270,00
- d) R\$ 3.200,00.
- e) R\$ 4.000,00

**37.** Dentre as opções abaixo, assinale qual delas apresenta um segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de empregado:

- a) João Paulo, servidor público ocupante de cargo efetivo no município de São Paulo, que possui Regime Próprio de Previdência Social.
- b) Maria, que trabalha na residência familiar de Josias, 3 vezes por semana, mediante subordinação, remuneração, pessoalidade, em atividades sem fins lucrativos.
- c) Messias, membro de instituto de vida consagrada de ordem religiosa.
- d) Juarez, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, que presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente de empresa do ramo alimentício.
- e) Neymar, que trabalha, por conta própria, como pintor residencial.

**38.** Cleusa trabalha toda segunda, quarta e sexta-feira em atividades de organização e limpeza no escritório de advocacia do Dr. Josias. Toda terça e quinta-feira Cleusa trabalha como cozinheira e passadeira na residência de Jurandir. Diante a situação apresentada, podemos afirmar que Cleusa é considerada empregada doméstica em relação ao(s) seguinte(s) empregador(es):

- a) Não é empregada doméstica em nenhuma das atividades mencionadas.
- b) Jurandir, apenas.
- c) Josias e Jurandir.
- d) Josias, apenas.
- e) Somente será empregada doméstica de Jurandir se este não realizar atividades com fins lucrativos em sua residência.

**39.** Joana, segurada empregada do RGPS, trabalha como atendente em uma padaria e recebe um salário-mínimo por mês. Acerca dos recolhimentos previdenciários de Joana, é correto afirmar que

- a) A contribuição previdenciária a cargo de Joana será de 8% sobre seu salário-de-contribuição, ficando a cargo do empregador a retenção e respectivo recolhimento.
- b) os recolhimentos previdenciários de Joana são de sua responsabilidade, cabendo ao empregador o dever de orientá-la na arrecadação de sua contribuição previdenciária.
- c) Quando o somatório das remunerações auferidas no período de um mês por Joana for inferior ao limite mínimo mensal do salário de contribuição, para que o limite mínimo mensal do salário de contribuição seja alcançado ela poderá complementar a sua contribuição, utilizar o valor da contribuição que exceder o limite mínimo de uma competência em outra ou agrupar contribuições inferiores ao limite mínimo de diferentes competências.
- d) a ausência de recolhimento da contribuição previdenciária por parte do seu empregador, poderá afastar o direito de Joana à aposentadoria.

e) Joana está dispensada do recolhimento de contribuição previdenciária, por isenção legal.

**40.** Acerca dos princípios constitucionais aplicáveis ao financiamento da Seguridade Social, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas físicas em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderão contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- b) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) As contribuições sociais de seguridade social só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, podendo ser cobradas apenas no exercício financeiro seguinte ao da sua publicação, em obediência ao princípio da anterioridade.
- d) Lei ordinária poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social.
- e) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades beneficentes de assistência social.

**41.** Sobre o financiamento da seguridade social, assinale a opção incorreta:

- a) A contribuição da União é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.
- b) A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social, na forma da Lei Orçamentária Anual.
- c) Os valores do salário-de-contribuição serão reajustados na mesma época e com os mesmos índices que os do reajustamento dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social.
- d) A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, destinada à Seguridade Social, em substituição à contribuição sobre a folha de pagamento dos empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, corresponde a 5% da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos.
- e) A contribuição do empregador doméstico é de 8,8% sobre a remuneração do empregado doméstico a seu serviço.

**42.** Juarez, advogado, explicou a seu cliente que a alíquota efetiva para o cálculo de sua contribuição previdenciária, na qualidade de segurado empregado, iria variar de acordo com o valor do seu salário de contribuição. Nesse sentido, a regra constitucional explicada ao cliente refere-se ao seguinte princípio constitucional:

- a) princípio da diversidade da base de financiamento.
- b) princípio da solidariedade.
- c) princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios.
- d) princípio da seletividade.
- e) princípio da equidade na forma de participação no custeio.

## EIXO TEMÁTICO 2

### SAÚDE

*Guilherme Gasparini*

**43.** A Transição Demográfica é a mudança de perfil de crescimento populacional de uma sociedade, caracterizada por alterações nas taxas de natalidade e mortalidade ao longo do tempo. Acerca deste assunto, assinale a alternativa que corresponda corretamente a situação demográfica atual do Brasil:

- a) Elevadas taxas de natalidade e mortalidade e baixo crescimento populacional.
- b) Queda da fecundidade e redução da mortalidade infantil em regiões específicas do Brasil.
- c) Aumento da longevidade em todo Brasil sem impacto epidemiológico.
- d) Elevadas taxas de natalidade e declínio das taxas de mortalidade associada a elevado crescimento populacional.
- e) Queda da fecundidade generalizada em todas as regiões brasileiras, redução da mortalidade infantil e aumento da longevidade.

**44.** Uma das ferramentas utilizadas para dimensionar o aumento da longevidade da população é o Índice de Envelhecimento, caracterizado pelo(s):

- a) Número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- b) Número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 30 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- c) Número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, nos 5 anos anteriores.
- d) Valores elevados desse índice indicam a transição demográfica em estágio inicial.
- e) Número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 20 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

**45.** Acerca da transição epidemiológica no Brasil, caracterizada como o aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), as doenças com maiores índices de mortalidade em pessoas acima de 50 anos e de preocupação no Plano de Ações Estratégicas das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Agravos à Saúde (DANT) são, respectivamente:

- a) Doenças do aparelho respiratório, câncer, doenças carenciais e metabólicas.
- b) Câncer, doenças neurológicas, doenças respiratórias e metabólicas.
- c) Câncer, doenças do aparelho cardiovascular, doenças do aparelho respiratório e metabólico.
- d) Doenças do aparelho cardiovascular, câncer, doenças do aparelho respiratório e metabólico.
- e) Doenças do aparelho cardiovascular, câncer, doenças do aparelho respiratório e renal.

**46.** Com o intuito de diminuir a incidência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e Agravos à Saúde, o Ministério da Saúde publicou o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e de Agravos não transmissíveis no Brasil. Este plano tem por intuito:

- a) Diminuir, exclusivamente, os fatores de risco associados às doenças crônicas no Brasil.
- b) Diminuir a incidência de doenças crônicas no Brasil, como o tabagismo, consumo de álcool, alimentação não saudável e obesidade.
- c) Diminuir os fatores de risco para doenças crônicas no Brasil, como doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.
- d) Propor diretrizes para diminuir a incidência dos agravos à saúde nos serviços hospitalares públicos e privados.
- e) Visa propor diretrizes para a prevenção dos fatores de risco das DANT e para a promoção da saúde da população com vistas a dirimir desigualdades em saúde.

---

## SAÚDE

*Breno Caldas*

**47.** A Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde, regulamentada pela Portaria nº 2.690, de novembro de 2009, obedece às seguintes diretrizes, exceto:

- a) Utilização de evidências científicas para subsidiar a gestão.
- b) Maximizar os benefícios de saúde a serem obtidos com os recursos disponíveis.
- c) Aprimoramento do processo de incorporação de tecnologias.
- d) Racionalização da utilização de tecnologias.
- e) Sistematização e disseminação de informações.

48. De acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS, acolher as queixas, escutar com atenção e levar em conta as preocupações e angústias do paciente faz parte da diretriz denominada:

- a) Protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos.
- b) Ambiência.
- c) Clínica ampliada e compartilhada.
- d) Acolhimento.
- e) Transversalidade.

49. É um dos objetivos específicos da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS):

- a) Estimular a promoção da saúde como parte da integralidade do cuidado na RAS, articulada às demais redes de proteção social
- b) Estimular a cooperação e a articulação intra e intersectorial para ampliar a atuação sobre determinantes e condicionantes da saúde
- c) Fomentar planejamento de ações territorializadas de promoção da saúde, com base no reconhecimento de contextos locais e respeito às diversidades
- d) Incentivar a gestão democrática, participativa e transparente, para fortalecer a participação, o controle social e a corresponsabilidade de sujeitos, coletividades, instituições
- e) Ampliar a governança no desenvolvimento de ações de promoção da saúde que sejam sustentáveis nas dimensões política, social, cultural, econômica e ambiental

## SAÚDE

*Lígia Carvalheiro Fernandes*

50. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios, exceto:

- a) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- b) integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- c) utilização da participação da comunidade para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.
- d) integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;
- e) atenção humanizada.

51. A CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde) e o SUS (Sistema Único de Saúde) têm uma relação intrínseca e essencial. A CONITEC existe para assessorar o Ministério da Saúde nas decisões que afetam diretamente o que é oferecido aos cidadãos pelo SUS. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta quanto à atuação desta comissão:

- a) Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS).
- b) Incorporação, Exclusão e Alteração de Tecnologias no SUS.
- c) Elaboração e revisão de protocolos de atendimento de emergência no SUS.
- d) Abertura de consultas públicas para que cidadãos, pacientes, profissionais de saúde e sociedade civil possam opinar sobre as tecnologias em avaliação.
- e) Monitoramento do horizonte tecnológico que inclui acompanhar as inovações e avanços na área da saúde que estão surgindo no cenário nacional e internacional.

52. Qual das seguintes afirmações melhor descreve uma característica central do modelo assistencial da determinação social do processo saúde-doença?

- a) Enfatiza a importância da responsabilidade individual sobre a saúde, desconsiderando influências externas.
- b) Concentra-se primariamente nos fatores biológicos e genéticos individuais como as causas únicas de doenças.
- c) Prioriza a intervenção em nível hospitalar e o tratamento de doenças já estabelecidas como a principal estratégia de saúde.
- d) Reconhece que fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais são determinantes fundamentais da saúde e da doença.
- e) Limita a atuação da saúde pública a campanhas de vacinação e controle de epidemias, sem abordar questões estruturais.

## SAÚDE

*Thaysa Vianna*

53. Sobre o Programa Nacional de Imunização, indique qual das vacinas abaixo deverá ser administrada exclusivamente pela via subcutânea.

- a) Rotavírus.
- b) Febre Amarela.
- c) Meningocócica C.
- d) Meningocócica ACWY.
- e) Hepatite B.

54. Sobre o Programa Nacional de Imunização, indique qual das vacinas abaixo deverá ser administrada aos 12 meses de vida.

- a) Hepatite B.
- b) Meningocócica C.
- c) SCR.V.
- d) SCR.
- e) Febre Amarela.

## INVESTIGAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RISCOS AO MEIO AMBIENTE

*André Rocha*

55. Um trabalhador exerce suas atividades em um ambiente onde há incidência recorrente de radiação não ionizante. Pode-se dizer que este trabalhador está sujeito a um agente de risco

- a) físico.
- b) químico.
- c) biológico.
- d) ergonômico.
- e) de acidente.

## EIXO TEMÁTICO 3

### ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Nilza Ciciliati*

56. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe que a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado e que se trata de uma política de seguridade social não contributiva, que deve prover os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas. São objetivos da assistência social:

- a) A supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- b) A igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- c) A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e, nelas, a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e de danos.
- d) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- e) A garantia de 1 salário-mínimo de benefício mensal a todas as pessoas com deficiência e às pessoas idosas acima de 60 anos.

57. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. A respeito do CadÚnico, assinale a alternativa incorreta.

- a) A inscrição pode ocorrer nos CRAS, CREAS ou até mesmo de forma eletrônica, conforme ampliações de acesso previstas nas novas regulamentações.
- b) A inscrição no CadÚnico é obrigatória para o acesso a programas sociais do governo federal, na forma estabelecida em regulamento.
- c) A interoperabilidade entre o CadÚnico e o CNIS foi incorporada para aumentar a fidedignidade das informações cadastrais, otimizando o cruzamento de dados entre políticas sociais e previdenciárias.
- d) Os dados do CNIS podem ser acessados pelos gestores do CadÚnico nas três esferas da Federação, respeitando os termos de adesão e cláusulas de sigilo.
- e) A sociedade civil pode participar do processo de identificação de famílias vulneráveis e apoiar na inclusão dessas pessoas no CadÚnico, conforme previsão legal e regulamentar.

58. Joana, de 67 anos, reside com o filho de 30 anos, solteiro, e com a irmã de 58 anos, viúva. Ela está desempregada, sem qualquer fonte de renda e depende do apoio financeiro do filho. Deseja solicitar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao INSS. Ao preencher os dados familiares, surge a dúvida sobre quem deve ser considerado como parte da família para fins de análise do critério de renda. Com base na situação apresentada e conforme definição de família para fins do BPC, assinale a alternativa **correta**:

- a) A família de Joana será composta por todos os residentes do domicílio, incluindo o filho e a irmã.
- b) Apenas o filho solteiro será considerado parte da família de Joana para fins do BPC.

- c) Somente a irmã viúva será considerada, pois é do sexo feminino e reside com a beneficiária.
- d) Nenhum dos residentes será considerado, pois a definição de família no BPC exige vínculo conjugal.
- e) Serão considerados o filho solteiro e a irmã viúva, desde que ambos estejam cadastrados no CadÚnico.

59. João tem 66 anos, é idoso e vive com sua esposa em situação de vulnerabilidade. A renda familiar per capita mensal gira em torno de 1/3 do salário-mínimo vigente. Apesar de não se enquadrar no critério tradicional de renda exigido para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), sua família enfrenta dificuldades severas, como gastos elevados com medicamentos não disponibilizados pelo SUS e dependência da esposa para realizar atividades básicas da vida diária. Com base na legislação atual, assinale a alternativa correta:

- a) João não poderá receber o BPC, pois ultrapassou o limite per capita de 1/4 do salário-mínimo, independentemente de outras condições.
- b) A renda familiar per capita é o único critério exigido para concessão do BPC.
- c) O critério de renda poderá ser flexibilizado para até 3/4 do salário-mínimo.
- d) João poderá ser considerado elegível ao BPC, desde que sejam comprovadas a condição de miserabilidade e vulnerabilidade, conforme outros elementos previstos em lei.
- e) João poderá receber o benefício se comprovar gastos elevados com medicamentos, desde que a renda familiar per capita não ultrapasse o salário-mínimo.

**60.** A Lei nº 14.724/2023 instituiu o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS) e trouxe alterações na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), com o objetivo de acelerar a tramitação de processos administrativos no âmbito do INSS. Sobre as mudanças trazidas por essa lei, assinale a alternativa correta:

- a) A avaliação social permanece como competência exclusiva da autarquia federal, vedadas parcerias institucionais.
- b) A avaliação médica para fins previdenciários somente poderá ser realizada presencialmente, conforme normativa vigente.
- c) O INSS pode realizar a avaliação social exclusivamente por meio de análise documental, conforme regulamentação.
- d) O INSS pode realizar a avaliação médica por meio de telemedicina ou análise documental, conforme regulamentação.
- e) As parcerias para avaliação social estão restritas ao serviço social privado, sem supervisão do INSS.

## **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

*Anna Valéria Andrade*

**61.** Com base na NOB-SUAS/2012, assinale a alternativa que apresenta exclusivamente princípios organizativos do SUAS:

- a) Universalidade, equidade, intersetorialidade, efetividade, matricialidade.
- b) Universalidade, intersetorialidade, equidade, integralidade da proteção social, gratuidade do acesso.
- c) Eficiência, matricialidade, territorialização, equidade, efetividade das ações.
- d) Universalidade, responsabilidade estatal, intersetorialidade, democracia, transparência na gestão dos recursos da assistência social.
- e) Equidade, eficácia das atividades, controle social, intersetorialidade, democracia.

**62.** A inserção da Assistência Social no campo da Seguridade Social, a partir da Constituição de 1988 e da LOAS, alterou profundamente seu caráter histórico. Considerando essa mudança paradigmática e a normatização da NOB-SUAS/2012, assinale a alternativa correta:

- a) A Assistência Social deixou de integrar a Seguridade Social com a criação do SUAS, pois passou a operar exclusivamente como política de transferência de renda para a população em extrema pobreza.
- b) A concepção de Assistência Social como direito rompeu com a lógica contributiva, mas manteve a vinculação a critérios obrigatórios de contrapartida dos beneficiários.
- c) O SUAS reafirma a Assistência Social como política de Seguridade Social, não contributiva, com financiamento vinculado exclusivamente aos recursos dos municípios e estados.
- d) A Assistência Social, conforme o SUAS, assume papel de proteção social pública, cuja oferta independe de contribuição prévia e deve ser financiada com recursos do orçamento da Seguridade Social.
- e) Com a NOB-SUAS/2012, a Assistência Social passa a ser compreendida como política complementar à filantropia privada e à atuação das organizações não governamentais.

**63.** A diretriz da matricialidade sociofamiliar, prevista na NOB-SUAS/2012, reorienta a política de assistência para o núcleo familiar e seu contexto territorial. Com base nisso, assinale a afirmativa correta:

- a) A matricialidade sociofamiliar limita-se à estruturação dos CRAS como unidades responsáveis pelo cadastramento de famílias no CadÚnico.
- b) A territorialização refere-se à divisão geográfica formal entre estados e municípios, sendo operacionalizada apenas no cofinanciamento.
- c) A proteção social ofertada pelo SUAS deve considerar o território como unidade organizativa, reconhecendo nele as dinâmicas de risco e vulnerabilidade.
- d) A abordagem familiar é desnecessária nos serviços de média e alta complexidade, sendo restrita à proteção básica.
- e) A atenção ao território se restringe à identificação dos equipamentos físicos e à lógica de financiamento.

**64.** Sobre os mecanismos de gestão financeira e orçamentária do SUAS, conforme a NOB-SUAS/2012, assinale a alternativa que melhor representa os requisitos legais para acesso ao cofinanciamento federal:

- a) A existência do Plano de Assistência Social, da criação do Fundo de Assistência Social e de equipe técnica.
- b) A instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, Plano de Assistência aprovado, Fundo legalmente criado e implantado, e alocação de recursos próprios no Fundo.
- c) A adesão ao Pacto de Aprimoramento do SUAS, diagnóstico socioterritorial atualizado e vinculação aos indicadores de gestão descentralizada.
- d) A comprovação da execução orçamentária do ano anterior, publicação do plano de metas quadrienal e manutenção do controle social participativo.

e) A instituição da Vigilância Socioassistencial, elaboração de plano de capacitação e o funcionamento contínuo da rede socioassistencial pública.

## **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

*Coimbra Almeida*

**65.** No âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a Proteção Social Básica organiza-se por meio de serviços destinados à prevenção de situações de risco social decorrentes da pobreza, da exclusão social e da fragilização de vínculos. A esse respeito, assinale a alternativa correta quanto à concepção e à operacionalização dos serviços da PSB.

- a) O PAIF, ofertado de forma obrigatória nos CRAS, prioriza ações coletivas e comunitárias de convivência e socialização por faixa etária, sendo suas ações conduzidas majoritariamente em grupos intergeracionais com acompanhamento referenciado por técnico de nível médio.
- b) O SCFV compõe o escopo obrigatório do PAIF e constitui-se como o serviço central da Proteção Social Básica, sendo executado exclusivamente por equipes volantes dos CREAS, em territórios com ausência de CRAS.
- c) A articulação entre PAIF e SCFV é complementar, mas os serviços possuem objetivos e metodologias distintas: o PAIF tem foco no acompanhamento sociofamiliar referenciado, enquanto o SCFV organiza-se em grupos, com ênfase na convivência e na prevenção de situações de risco.
- d) O SCFV tem como público exclusivo crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sendo sua execução condicionada a encaminhamento judicial ou técnico do Sistema de Garantia de Direitos.
- e) O PAIF é um serviço de caráter eventual, voltado ao atendimento pontual de famílias em situação de calamidade pública ou emergência social, articulando-se diretamente à concessão de benefícios eventuais e cestas básicas.

**66.** A Proteção Social Especial da Assistência Social destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Ela se subdivide em dois níveis de complexidade — média e alta —, que organizam os serviços e equipamentos de acordo com o grau de comprometimento dos vínculos familiares. À luz da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), assinale a alternativa correta:

- a) Os serviços de acolhimento institucional, por sua característica de maior densidade técnica e exigência de vigilância contínua, integram a proteção especial de média complexidade e são executados, preferencialmente, nos CRAS por equipes de referência do PAIF.
- b) O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias, ofertado na alta complexidade, é voltado exclusivamente à institucionalização permanente de usuários com deficiência em situação de abandono.
- c) A proteção social especial de média complexidade atua junto a indivíduos em situação de rua, mas somente quando houver determinação judicial, visto que o atendimento espontâneo é atribuição da rede de proteção básica.
- d) O CREAS é a principal unidade pública de referência da média complexidade, oferecendo serviços como o PAEFI e o Serviço para Pessoas com Deficiência e Idosas com seus familiares, com foco na reconstrução de vínculos familiares e comunitários.
- e) A alta complexidade se caracteriza por ações de caráter pontual e preventivo, como oficinas coletivas e visitas domiciliares, voltadas a famílias com vínculos fragilizados, mas ainda presentes, em situação de pobreza.

**EIXO TEMÁTICO 4****NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO***Rubens Mauricio*

**67.** Marinalva, segurada especial filiada ao RGPS, sofre um acidente que a incapacita temporariamente para o trabalho. Ela solicita o benefício de auxílio por incapacidade temporária. Nessa situação:

- a) Terá direito ao benefício, mas apenas se houver nexos com a atividade laboral.
- b) Terá direito ao benefício somente se comprovar 12 meses de atividade rural.
- c) Não terá direito, pois segurados especiais não podem receber auxílio por incapacidade temporária.
- d) Terá direito ao benefício se ficar incapacitada por mais de 15 dias, independentemente do cumprimento de carência.
- e) Terá direito ao benefício se ficar incapacitada por mais de 15 dias, desde que cumprida a carência.

**68.** Teresa, com 62 anos de idade e 17 anos de contribuição na qualidade de segurada facultativa, solicita sua aposentadoria programada em uma agência do INSS. Seu pedido

- a) Será indeferido, pois não completou 20 anos de contribuição.
- b) Será deferido apenas se tiver 180 meses de contribuição como segurada obrigatória.
- c) Será indeferido, pois o tempo mínimo de contribuição é de 30 anos para poder se aposentar.
- d) Será deferido, pois preenche os requisitos de idade, tempo de contribuição e carência.
- e) Será indeferido, pois segurada facultativa não tem direito à aposentadoria programada.

**69.** A dentista Patrícia, autônoma e em dia com suas contribuições ao RGPS, sofre um acidente em casa que a incapacita temporariamente para o trabalho, por 29 dias. Nesse caso, ela

- a) Não terá direito a benefício, pois não há nexó ocupacional.
- b) Terá direito ao auxílio-acidente.
- c) Terá direito ao auxílio por incapacidade temporária.
- d) Terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente.
- e) Terá direito a aposentadoria especial.

**70.** Letícia faleceu deixando um filho menor de idade e seu marido desempregado. Sobre a pensão por morte deixada por Letícia, é correto afirmar que

- a) Apenas o filho menor terá direito à pensão.
- b) O filho e o marido receberão a pensão, mas o benefício será extinto para o marido caso ele consiga um emprego.
- c) O marido terá direito à pensão desde que comprove dependência econômica.
- d) O filho e o marido terão direito à pensão por morte e receberão em partes iguais.
- e) O filho terá direito à pensão desde que comprove dependência econômica.

**71.** Acerca dos segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, podemos afirmar que NÃO caracteriza dependente para fins previdenciários:

- a) Cônjuge divorciado que recebe pensão alimentícia.
- b) Filho inválido maior de 21 anos.
- c) Companheiro em união estável.
- d) Pai que não depende financeiramente do segurado.
- e) Menor sob guarda judicial, quando dependente economicamente do segurado.

**72.** Maria, advogada autônoma, sofreu um acidente que a incapacitou temporariamente para o trabalho. Seu médico prevê um afastamento de 5 meses. Diante do exposto, podemos afirmar que as condições para que ela receba o auxílio por incapacidade temporária são

- a) Comprovação da incapacidade e o recolhimento de 12 contribuições mensais.
- b) Comprovação da incapacidade, sem exigência de carência.
- c) Comprovação da incapacidade, além da condição de segurada empregada.
- d) Comprovação da incapacidade e o recolhimento de 6 contribuições mensais.
- e) Comprovação de sequelas definitivas que reduza sua capacidade para o trabalho habitual.

**73.** Henrique, advogado, se divorciou e, na sentença judicial, foi fixada pensão alimentícia para sua ex-esposa Marlene. Caso Henrique venha a falecer, podemos afirmar que

- a) Marlene não terá direito à pensão por morte, pois ex-cônjuges não são considerados dependentes do RGPS.
- b) Marlene não terá direito à pensão por morte, pois Henrique perdeu a qualidade de segurado com a ocorrência do óbito.
- c) Marlene somente terá direito à pensão alimentícia se for segurada do RGPS.
- d) Marlene terá direito à pensão por morte, desde que comprove que dependia economicamente de Henrique quando eram casados.
- e) Marlene terá direito à pensão por morte, desde que esteja recebendo pensão alimentícia na data do óbito.

**74.** A advogada Patrícia foi consultada por Pedro, um segurado contribuinte individual que deseja saber sobre a possibilidade de receber auxílio-acidente. Considerando essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Pedro tem direito ao auxílio-acidente, independentemente de qualquer carência.
- b) Pedro não tem direito ao auxílio-acidente, pois esse benefício é exclusivo para segurados empregados.
- c) Pedro tem direito ao auxílio-acidente, desde que tenha contribuído por pelo menos 12 meses.
- d) Pedro não tem direito ao auxílio-acidente, pois esse benefício não é devido ao contribuinte individual.
- e) Pedro somente terá direito ao auxílio-acidente se já tiver contribuído como segurado empregado.

**75.** Humberto, microempreendedor individual filiado ao Regime Geral de Previdência Social, após ser atingido por uma panela de ferro arremessada pela vizinha, faleceu no caminho do hospital. Humberto deixa esposa de 52 anos, oito filhos menores de 21 anos, dos quais dois possuem deficiência grave, mãe e irmão que dele dependiam economicamente. Acerca da pensão por morte, conforme previsão da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, assinale a alternativa correta:

- a) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes de Humberto, seja ele aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida em até 90 dias após o óbito, para os filhos menores de 16 anos, ou em até 180 dias após o óbito, para os demais dependentes.
- b) A pensão por morte de Humberto será rateada em parte iguais entre cônjuge, filho, mãe e irmão.
- c) O direito à percepção da cota individual da pensão por morte deixada por Humberto cessará para sua cônjuge 3 meses após o óbito, se o óbito ocorrer sem que Humberto tenha vertido 18 contribuições mensais.
- d) O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da parte

individual da pensão do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.

- e) A pensão por morte será devida aos filhos menores de 16 anos, a contar da data do óbito, quando requerida em até 120 dias após o óbito.

**76.** Maria, uma operadora de máquinas, sofreu um acidente de trabalho que resultou na amputação parcial de um dedo. Após a recuperação, Maria voltou ao trabalho com uma redução na sua capacidade laboral para a atividade que habitualmente exercia. Ela solicitou o auxílio-acidente, mas teve o pedido negado pelo INSS. Qual das alternativas abaixo está correta sobre como Maria deve proceder?

- a) Maria deve aceitar a decisão do INSS, pois a amputação parcial de um dedo não é suficiente para receber o auxílio-acidente.
- b) Maria deve solicitar um novo benefício, como o auxílio por incapacidade temporária, pois o auxílio-acidente não se aplica ao seu caso.
- c) Maria deve recorrer administrativamente e, se necessário, judicialmente, pois a amputação parcial de um dedo pode justificar o auxílio-acidente.
- d) Maria deve buscar outro emprego, pois o auxílio-acidente só é concedido a trabalhadores que mudam de função.
- e) Maria deve aceitar a decisão do INSS, pois segurados empregados não têm direito ao auxílio-acidente.

**77.** Rosenval está desempregado há 3 anos e recolhe contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS na qualidade de segurado facultativo. Nessa condição, caso cumpra a carência e os demais requisitos previstos em lei, Rosenval terá direito ao seguinte benefício previdenciários, exceto:

- a) Aposentadoria por incapacidade permanente.
- b) Auxílio por incapacidade temporária.
- c) Aposentadoria especial.
- d) Salário-maternidade
- e) Aposentadoria programada

**78.** Acerca da aposentadoria por incapacidade permanente, é incorreto afirmar:

- a) Corresponderá a 100% do salário de benefício, quando a aposentadoria decorrer de acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho.
- b) Corresponderá a 60% do salário de benefício, com acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição, para os homens, ou quinze anos de contribuição, para as mulheres, salvo quando decorrer de acidente de trabalho, doença profissional ou doença do trabalho.
- c) Será acrescido de 25% quando o segurado necessitar da assistência permanente de outra pessoa, nos termos da legislação, sendo devido até o valor da aposentadoria atingir o limite máximo do salário de contribuição.
- d) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao RGPS não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- e) Durante os primeiros quinze dias de afastamento consecutivos da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o salário.

## EIXO TEMÁTICO 5

### LEGISLAÇÕES RELATIVAS À SAÚDE E À SEGURANÇA DO TRABALHO

*Lígia Carvalheiro Fernandes*

**79.** O Laudo Oficial é o documento que apresenta a conclusão da avaliação pericial, compondo peça legal que servirá de base a todo o processo e, portanto, não poderá conter, exceto:

- a) Insuficiência e imprecisão nos dados.
- b) Incoerência entre os dados encontrados e o diagnóstico firmado.
- c) Imparcialidade, visto que a decisão tem embasamento técnico e jurídico.
- d) Espaços em branco ou traços. Quando nada for encontrado, deverão ser usadas expressões que traduzam a normalidade.
- e) Diagnósticos, exceto os que a lei determina que sejam especificados.

**80.** O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional deve ser elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo Programa de Gerenciamento de Risco. Ele deve incluir a realização obrigatória dos seguintes exames médicos:

- a) periódico, admissional, demissional, retorno de licença médica após 4 dias e mudança de função para risco menor do original.
- b) admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de riscos ocupacionais e demissional.
- c) admissional ou demissional, mudança de função, retorno de férias e retorno de licença maternidade.
- d) mudança de função por risco aumentado, admissional, demissional e pós férias.
- e) admissional, ocasional, retorno da licença, mudança de riscos ocupacionais e demissional.

**81.** Acidente do trabalho é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Equiparam-se ao acidente do trabalho, exceto:

- a) a doença profissional ou do trabalho, assim entendida a inerente ou peculiar a determinado ramo de atividade e constante de relação organizada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).
- b) o acidente que, ligado ao trabalho, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte, ou a perda, ou redução da capacidade para o trabalho.
- c) o acidente sofrido pelo empregado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de sabotagem ou de terrorismo praticado por terceiros, inclusive companheiro de trabalho.
- d) a doença proveniente de contaminação acidental de pessoal de área médica, no exercício de sua atividade.
- e) o acidente sofrido pelo empregado, exceto se fora do local e horário de trabalho.

**82.** A Perda Auditiva Induzida pelo Ruído Ocupacional (PAIRO) é a perda provocada pela exposição por tempo prolongado ao ruído, que se configura por:

- a) perda auditiva tipo condutiva.
- b) geralmente bilateral, irreversível e progressiva com o tempo de exposição ao ruído.
- c) geralmente produz perda maior que 70 dB (NA) nas frequências baixas.
- d) sua progressão não cessa nem com o fim da exposição ao ruído intenso.
- e) a orelha se torna mais sensível a futuras exposições a sons intensos.

**83.** É dever da empresa abrir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e emití-la à Previdência Social para registrar formalmente a ocorrência de um acidente de trabalho. De acordo com a legislação vigente, o prazo para comunicação é de:

- a) 1 dia útil seguinte ao da ocorrência.
- b) 2 dias úteis seguintes ao da ocorrência.
- c) 3 dias úteis seguintes ao da ocorrência.
- d) 4 dias úteis seguintes ao da ocorrência.
- e) 5 dias úteis seguintes ao da ocorrência.

**84.** As dermatoses ocupacionais constituem um grupo diversificado de condições dermatológicas que podem afetar várias partes do corpo. Dentre os fatores que podem contribuir para seu desenvolvimento, estão às causas diretas que incluem o (a):

- a) predisposição genética.
- b) idade.
- c) calor.
- d) imunidade comprometida.
- e) sexo.

## **A PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO**

*Thayse Duarte*

**85.** De acordo com a Portaria GM/MS nº 1.999/2023, que reconhece fatores psicossociais como causas potenciais de adoecimento mental relacionado ao trabalho, inclusive nos transtornos decorrentes do uso nocivo de álcool, assinale a alternativa que apresenta um fator de risco psicossocial reconhecido pela lista oficial de doenças relacionadas ao trabalho:

- a) Demandas cognitivas elevadas, associadas à ampla autonomia funcional e reconhecimento organizacional.
- b) Estabilidade contratual, presença de mecanismos de escuta institucional e acesso a treinamento contínuo.
- c) Deficiências na comunicação organizacional, ausência de serviços de assistência social ao trabalhador e metas operacionais incompatíveis com os recursos disponíveis.
- d) Turnos regulares, estrutura técnica adequada e presença de canais formais de avaliação de desempenho técnico-comportamental.
- e) Utilização de equipamentos de proteção individual, com rotinas de supervisão e acolhimento ergonômico.

**86.** A Portaria GM/MS nº 1.999, de novembro de 2023, atualizou a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) ao reconhecer agentes e fatores psicossociais que contribuem para o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais no contexto laboral. Considerando essa diretriz, assinale a alternativa que apresenta exclusivamente fatores de risco psicossociais, conforme reconhecido na normativa:

- a) Estímulo à cooperação entre equipes, práticas de avaliação técnica e estabilidade contratual.
- b) Excesso de ruído e iluminação inadequada no ambiente físico, associados ao uso compulsivo de equipamentos eletrônicos.

c) Falta de serviços de suporte ao trabalhador, precarização dos vínculos empregatícios e metas excessivamente elevadas.

d) Presença de ergonomia aplicada, jornada regular em horário diurno e liderança participativa.

e) Implantação de estratégias de bem-estar corporativo, políticas preventivas de assédio e cultura de escuta ativa.

**87.** A síndrome de burnout, caracterizada por exaustão física, emocional e psíquica decorrente do estresse crônico laboral, foi oficialmente reconhecida pela OMS como uma condição ligada ao trabalho a partir de 2022. Dados da International Stress Management Association (ISMA) apontam o Brasil como um dos países com maior prevalência de casos, evidenciando a importância do estudo das relações entre saúde mental e organização do trabalho.

Nesse contexto, a abordagem da psicodinâmica do trabalho, desenvolvida por Christophe Dejours, considera:

- I. O trabalho como fruto da interação entre o sujeito e as exigências organizacionais, mediado pela experiência vivida no cotidiano profissional.
- II. A atividade laboral como um elemento central na constituição da subjetividade, capaz de gerar sofrimento psíquico ou sentido existencial.
- III. O trabalhador como agente ativo que, ao enfrentar os obstáculos do trabalho real, pode reinventar estratégias e reorganizar suas práticas para preservar sua saúde mental.

Com base na teoria proposta, estão corretas as afirmações:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**88.** A Psicologia do Trabalho contribui significativamente para a compreensão das vivências subjetivas do trabalhador, especialmente no que diz respeito ao sofrimento psíquico relacionado ao exercício profissional. A forma como o trabalho é organizado pode gerar impactos negativos na saúde mental e afetar dimensões familiares e sociais.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa que não representa diretamente um fator organizacional associado ao risco de adoecimento mental laboral:

- a) Intensificação das tarefas sem reajuste na carga horária disponível.
- b) Realização recorrente de horas extras para cumprimento de metas.
- c) Situações sistemáticas de intimidação e constrangimento interpessoal no ambiente profissional.
- d) Exigência por alto desempenho em prazos curtos, sem condições adequadas.
- e) Ausência no ambiente de trabalho sem justificativa, por iniciativa do próprio trabalhador.

### **REABILITAÇÃO OCUPACIONAL E READAPTAÇÃO PROFISSIONAL**

*Mara Ribeiro*

**89.** De acordo com a Lei nº 8.112/90, a readaptação funcional de servidor público caracteriza-se por:

- a) Investidura do servidor em cargo de atribuições compatíveis com limitações físicas ou mentais, independente de inspeção médica.
- b) Alteração de atribuições no mesmo cargo, com redução proporcional de vencimentos, em função de limitação laborativa.
- c) Transferência obrigatória para cargo diverso, ainda que de nível de escolaridade inferior, se não houver vaga imediatamente.

d) Investidura em cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação constatada em inspeção médica, mantendo-se nível de escolaridade e remuneração.

e) Encaminhamento obrigatório ao INSS para reabilitação profissional quando o servidor apresentar doença ocupacional.

**90.** O principal objetivo da reabilitação profissional, prevista no art. 89 da Lei nº 8.213/91 e no Decreto nº 3.048/99, é:

- a) Capacitar o segurado para retornar ao mesmo emprego de origem, sem mudança de função.
- b) Proporcionar ao segurado os meios educacionais e técnicos para (re)educação e (re)adaptação profissional, visando seu reingresso no mercado de trabalho.
- c) Garantir ao segurado aposentadoria precoce, evitando novos custos à Previdência.
- d) Oferecer apenas órteses e próteses, sem envolver capacitação profissional ou cursos.
- e) Privilegiar pessoas com deficiência em programas de readaptação no serviço público federal.

## Discursiva 1

A Constituição Federal de 1988 consagrou a seguridade social como um sistema integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Com base em princípios como universalidade da cobertura, equidade no financiamento e seletividade na prestação dos serviços, a seguridade social foi concebida como instrumento de justiça social.

Contudo, o Brasil ainda convive com desigualdades históricas que desafiam a efetividade da proteção social, especialmente diante de crises econômicas, envelhecimento populacional e desigual acesso a políticas públicas.

**A partir da leitura do texto motivador e com base em seus conhecimentos sobre o sistema de seguridade social no Brasil, redija um texto dissertativo, abordando criticamente:**

1. O papel da seguridade social na redução das desigualdades sociais no Brasil;
2. Os limites enfrentados para a efetivação plena das políticas de seguridade;
3. As potencialidades e os caminhos para o fortalecimento da seguridade como instrumento de justiça social.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 2

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973 e institucionalizado pela Lei nº 6.259/1975, é uma das mais bem-sucedidas políticas públicas do Brasil. Ao longo das décadas, a vacinação universal e gratuita contribuiu para a erradicação da varíola, eliminação da poliomielite e redução expressiva de doenças como sarampo, rubéola e tétano neonatal.

Contudo, o cenário atual é desafiador. Dados do Ministério da Saúde apontam queda nas coberturas vacinais desde 2016, impulsionada por desinformação, hesitação vacinal e desigualdades no acesso. Em tempos de pandemia e proliferação de “fake News”, o fortalecimento da confiança nas vacinas tornou-se uma questão de saúde coletiva.

**Com base no texto motivador e em seus conhecimentos sobre a saúde pública no Brasil, redija um texto dissertativo, abordando criticamente os seguintes aspectos:**

1. O papel histórico do Programa Nacional de Imunizações (PNI) na saúde pública brasileira;
2. Os desafios atuais para a ampliação da cobertura vacinal no país;

Estratégias para enfrentar a hesitação vacinal e fortalecer a cultura de vacinação no Brasil.

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---